

Secretaria de
Estado de
Desenvolvimento
e Inovação



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.1. Foi elaborado Estudo Técnico Preliminar?

Sim. Documento SEI: 000019475097

Não. Justificativa: De acordo com Art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, elaboração do ETP é exigida para as contratações operadas na modalidade Pregão. A princípio, não há exigência legal expressa para elaboração de ETP em contratações por outras modalidades ou para contratações diretas.

2. OBJETO

2.1. Descrição do objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios (adoçante, açúcar, café) e materiais de copa e cozinha (açucareiro, copo descartável para água e café, caçarola, colher, flanela, pano de prato, bule, coador, copo de vidro, colher descartável, mexedor, garfo descartável, garrafa térmica, guardanapo, jarra, xícara, bandeja, escorredor, lixeira, jarra em aço inox, pote para mantimentos), por um período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI.

2.2. Tipo de contratação:

I - Fornecedor de bens/materiais:

Fornecedor em parcela única.

Fornecedor em mais de uma parcela (apresentar cronograma no item 10).

II - Prestação de serviços:

Prestação de serviços em regime de "empreitada" por preço global.

Prestação de serviços em regime de "empreitada" por preço unitário (sob demanda).

a) Se prestação de serviço, é de natureza de execução continuada?

Sim. Justificar: Considerando que o objeto se tratar de contratação de empresa especializada para os referidos serviços, à necessidade de reposição e fornecimento sob demanda dos materiais de gêneros alimentícios (café, açúcar, adoçante) e materiais de copa e cozinha (garrafa térmica, caçarola, copo descartável, lixeira, flanela, pano de prato, bule, coador, copo de vidro, guardanapo, mexedor para café, colher e garfo de descartável, jarra, xícara, bandeja, colher, escorredor, leiteira, pote para

mantimentos) respectivamente, visando a não interrupção dos serviços administrativos desta Pasta.

() Não.

2.3. Caracterização do objeto:

Bem ou serviço comum.

() Serviço comum de engenharia.

2.4. Forma de adjudicação:

() Por Item.

Por Lote. Justificativa para a formação de Lote(s): A divisão em lotes, justifica-se pela natureza do objeto, a fim de não inviabilizar a gestão dos serviços, aumentando as possibilidades de disputa e tornar a licitação mais atrativa aos fornecedores, para que tenha apresentações de propostas aptas a prestarem os serviços desejados por esta Secretaria. E considerando que se tratam de itens da mesma natureza, o lote evita a pulverização de contratos, sendo o fornecimento de materiais para copa e cozinha, por uma única empresa acarreta economicidade, atendendo ainda ao princípio da eficiência, uma vez que se evita a contratação de várias empresas e a necessidade de gerir todos os respectivos contratos resultantes.

2.5. Critério de julgamento das propostas:

Menor Preço.

() Maior Desconto.

() Menor Taxa.

() Maior Oferta.

2.6. Os valores estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE I					
1	Adoçante líquido artificial à base de sacarina. Embalagem 100 ml.	Unidade	12	R\$ 5,80	R\$ 69,60
2	Açúcar cristal, de origem vegetal 2 kg.	Unidade	248	R\$ 6,67	R\$ 1.654,16
3	Café embalado a vácuo tipo superior 500g.	Unidade	700	R\$12,93	R\$ 9.051,00
	VALOR POR LOTE				R\$ 10.774,76
LOTE II					
1	Açucareiro em Aço Inox.	Unidade	3	R\$ 24,33	R\$ 72,99
2	Copo descartável 200 ml.	Caixa c/ 3.000 Unidades	8	R\$ 90,28	R\$ 722,24
3	Copo descartável para café em plástico transparente.	Pacote c/ 100 Unidades	240	R\$ 3,30	R\$ 792,00
4	Caçarola de alumínio com alça em madeira. Capacidade 2,0 litros.	Unidade	4	R\$45,91	R\$ 183,64
5	Colher em aço inox, tipo monobloco, tamanho aproximado do cabo 22 cm.	Unidade	6	R\$ 11,86	R\$ 71,16
6	Flanela para limpeza, branca, lisa, 100 % (cem por cento) algodão.	Pacote c/ 6 Unidades	20	R\$ 4,02	R\$ 80,40

7	Pano de prato branco, liso, alvejado.	Pacote c/ 12 Unidades	10	R\$ 18,35	R\$ 183,50
8	Bule para coar café, em alumínio, cabo em madeira ou baquelite, com tampa, capacidade de 3,0 litros.	Unidade	5	R\$ 82,97	R\$ 414,85
9	Coador de café, 100% (cem por cento) algodão, cabo de polipropileno, tamanho extra-grande (nº 6).	Unidade	20	R\$ 10,65	R\$ 213,00
10	Coador de café, tamanho nº.3, em tecido de algodão tipo flanela, com estrutura em material metálico e cabo coberto com material plástico. Diâmetro 15 a 17 cm.	Unidade	20	R\$ 7,30	R\$ 146,00
11	Copo de vidro (falso cristal), capacidade em torno de 300 (trezentos) ml, cor transparente, uso para água/suco/refrigerante.	Caixa c/ 12 Unidades	4	R\$ 53,43	R\$ 213,72
12	Colher para refeição cristal com 100 unidades.	Pacote	10	R\$ 4,84	R\$ 48,40
13	Mexedor para café de plástico, pacote com 240 unidades.	Pacote	8	R\$ 38,39	R\$ 307,12
14	Garfo para refeição cristal com 50 unidades.	Pacote	10	R\$ 5,01	R\$ 50,10
15	Garrafa térmica com acabamento externo em aço inox. Capacidade 1,8 litros.	Unidade	6	R\$ 125,61	R\$ 753,66
16	Guardanapo de papel 50x1 - 24x22.	Pacote c/ 50 Unidades	440	R\$ 1,72	R\$ 756,80
17	Jarra de vidro - Capacidade para 1,5 litros.	Unidade	2	R\$ 28,37	R\$ 56,74
18	Xícara para café, em porcelana extra branca, com pires, 80 ml.	Caixa c/ 12 Unidades	4	R\$ 42,12	R\$ 168,48
19	Bandeja para serviços de copa. Material: Aço inox. Formato: redondo. Tamanho: diâmetro 30 a 35 cm.	Unidade	6	R\$ 79,62	R\$ 477,72
20	Escorredor de louças.	Unidade	3	R\$ 79,80	R\$ 239,40
21	Lixeira 15 litros.	Unidade	4	R\$ 36,02	R\$ 144,08
22	Jarra em aço inox, com tampa móvel, com aparador de gelo, capacidade de 1,5 litros.	Unidade	6	R\$ 63,60	R\$ 381,60
23	Pote para mantimentos com tampa de encaixe externo.	Unidade	6	R\$ 49,50	R\$ 297,00
VALOR POR LOTE					R\$ 6.774,60
VALOR GLOBAL					R\$ 17.549,36

2.7. Será admitida a participação de consórcios de empresas?

() Sim.

(X) Não. Justificar: Em contratações que não sejam de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende, na prática, a diminuir a competitividade na medida em que empresas que poderiam participar isoladamente na licitação, passam a associar-se em consórcio a fim de obter proveito econômico em detrimento da redução da disputa.

2.8. No interesse da Contratante, o objeto poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme disposto no Art. 65, §§ 1º e 2º do inciso II, da Lei nº 8.666/93.

2.9. É vedada a compensação de quantitativos de acréscimos e supressões, devendo as eventuais alterações de quantitativos fundamentadas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 considerarem os acréscimos e supressões de forma isolada, nos termos da orientação do Acórdão nº 749/2010 – TCU – Plenário.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Tendo em vista a necessidade de contratação dos itens objetos da presente, uma vez que são serviços de responsabilidade desta Gerência de Apoio Administrativo e Logístico, com intuito de atender as demandas diárias de consumo das copas e de todas as Unidades desta Secretaria, no fornecimento de materiais de gêneros alimentícios (adoçante, açúcar, café) e materiais de copa e cozinha (açucareiro, copo descartável para água e café, caçarola, colher, flanela, pano de prato, bule, coador, copo de vidro, colher descartável, mexedor, garfo descartável, garrafa térmica, guardanapo, jarra, xícara, bandeja, escorredor, lixeira, jarra em aço inox, pote para mantimentos). Com entrega imediata de alguns produtos e outros sob demanda.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 - LOTE I - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

4.1.1 - ADOÇANTE LÍQUIDO

- Adoçante líquido, sacarina, frasco transparente - 100ml.

4.1.2 - AÇÚCAR CRISTAL (SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR – *Saccharum Officinarum*) atendendo os seguintes requisitos mínimos:

- Tipo 1 extra peneirado, puro, de aspecto sólido com cristais bem definidos, com cor/cheiro/sabor próprio do açúcar cristal;
- Sem corantes;
- Cor branca extra;
- Isentos de impurezas;
- Safra igual ou superior a 2021/2022;
- Empacotado em embalagem de polietileno virgem não superior a 1 (um) mês contado a partir da entrega pelo fornecedor, atóxico;
- Pacote com 2 kg (dois quilogramas);
- Com número de lote e data de empacotamento;
- Prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses;
- Marca do fabricante estampada no rótulo de embalagem;
- O Açúcar Cristal deverá ter o mesmo padrão de qualidade das seguintes marcas: Puro Campo; Ecoçúcar; Colombo; Itajá; União Cristalçúcar; Guarani Ibiá; Itamarati e Goiásçúcar.

4.1.3 - CAFÉ EM PÓ (HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO), atendendo os seguintes requisitos mínimos:

- Tipo: Superior;
- Homogêneo, Torrado e Moído;
- Gosto predominante de café arábica;
- Bebida dura;
- Aroma: característico;
- Sabor: característico e equilibrado;

- Possuir PQC – Programa de Qualidade do Café, ABIC, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza;
- Empacotado em embalagem aluminizada a vácuo de 500g (quinhentos gramas), contendo a denominação, classificação, validade, data de fabricação, lote, marca do fabricante;
- Prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da entrega pelo licitante vencedor.

4.2 - LOTE II - MATERIAIS DE COPA E COZINHA

4.2.1 - AÇUCAREIRO

- Açucareiro em Aço Inox Art House com Colher Composição: Aço Inox . Medida: 6 x 8cm Peso: 0,150 kg Modelo: Açucareiro em Aço Inox Conteúdo Embalagem: 1 Açucareiro e 1 Colher Cor: Inox.

4.2.2 - COPO DESCARTÁVEL DE 100 X 200ML

- Copo plástico descartável de 200ml, espessura mínima do plástico 0,10mm, na cor branca, acondicionados em embalagem plástica de 100 unidades, acondicionados em caixas de papelão, com 30 centos, devendo conter impresso nas caixas de forma legível.

4.2.3 - COPO DESCARTÁVEL DE 100 X 80ML

- Copo plástico descartável de 80ml, espessura mínima do plástico 0,10mm, na cor branca, peso mínimo 140g, confeccionado em poliestireno (PS) e atóxico, acondicionados em embalagem plástica de 100 unidades, acondicionados em caixas de papelão, com 50 centos, devendo conter impresso nas caixas de forma legível.

4.2.4 - CAÇAROLA DE ALUMÍNIO

- Caçarola de alumínio com alça em madeira reforçada. Capacidade de 2 litros ou o mais próximo, podendo variar em até 10% para mais ou para menos. Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.5 - COLHER EM AÇO INOX

- Colher de mesa em aço inox, tipo monobloco, tamanho aproximado do cabo 22 cm. Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.6 - FLANELA

- Flanela para limpeza, branca, lisa, 100% (cem por cento) algodão, formato aproximado de 28 x 38 cm, pacote com 6 (seis) unidades.

4.2.7 - PANO DE PRATO

- Pano de prato, branco, em algodão cru, liso, alvejado, absorvente, lavável, laterais em costura overlock. Tamanho aproximado de 68 x 40 cm. Pacote com 12 unidades.

4.2.8 - BULE

- Bule para coar café, em alumínio, cabo em madeira ou baquelite, com tampa, capacidade aproximada de 3,0 litros, com margem de até 200 ml de variação. Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.9 - COADOR

- Coador de café, 100% (cem por cento) algodão, cabo de polipropileno, tamanho extra-grande (nº 6). Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.10 - COADOR TAMANHO Nº 3

- Coador de café, tamanho nº.3, em tecido de algodão tipo flanela, com estrutura em material metálico e cabo coberto com material plástico. Diâmetro 15 a 17 cm. Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.11 - COPO DE VIDRO

- Copo de vidro (falso cristal), capacidade próxima de 300 (trezentos) ml, cor transparente, uso para água/suco/refrigerante. Superfície em baixo relevo e parede grossa. A Caixa com 12 Unidades. Entregue devidamente embalado em pacote de material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.12 - COLHER DESCARTÁVEL

- Colher Descartável para Refeição Branca com 100 Unidades.

4.2.13 - MEXEDOR



- Cor cristal, nas dimensões de 75 x 8 (comprimento x largura), no material OS, pacote com 240 unidades.

4.2.14 - GARFO DESCARTÁVEL

- Garfo Descartável para Refeição Branca com 50 Unidades.

4.2.15 - GARRAFA TÉRMICA COM ACABAMENTO EXTERNO EM AÇO INOX. CAPACIDADE 1,8 LITROS

- Garrafa térmica com acabamento externo em aço inoxidável, com ampola de vidro, com base de silicone à prova de quedas e choques, alça fixa e válvula de pressão. Capacidade para 1,8 litros. Deverá ser entregue com embalagem de proteção contra

riscos, como por exemplo plástico de empacotamento, plástico bolha, papelão, e/ou proteções similares. Garantia contra defeitos de fabricação.

4.2.15 - GUARDANAPO

- Com 4 dobras, na cor branco, nas dimensões de 24 x 22cm, acondicionado em pacote com 50 unidades.

4.2.16 - JARRA DE VIDRO

- Jarra de vidro - Capacidade para 1,5 litros, diâmetro da boca com mínimo de 15 cm, medidas mínimas de 15 cm de largura, 20 cm de altura e 15 de profundidade. Peso mínimo de 700 g. Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.17 - XÍCARA



- Xícara para café, em porcelana extra branca, com pires. Capacidade aproximada de 80 ml. Xícara com diâmetro mínimo de 4 cm, altura mínima de 5 cm. Pires redondo. Caixa com 12 unidades (dúzia).

4.2.18 - BANDEJA

- Bandeja para serviços de copa. Material: Aço inox. Formato: redondo. Tamanho: diâmetro 30 a 35 cm. Deverão ser entregues devidamente acondicionadas com proteção contra riscos e arranhados, envoltas em plástico bolha, papelão, ou proteções similares. Garantia contra defeitos de fabricação.

4.2.19 - ESCORREDOR

- Escorredor de louças em inox, com capacidade para escorrer de 10 a 15 pratos, com porta copos. Estrutura da base em tubos ou material aramado cromados e grade em arame de material cromado. Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.20 - LIXEIRA

- Lixeira em material plástico resistente, redonda, com tampa e pedal acionador. Capacidade de 15 litros. Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

4.2.21 - JARRA EM AÇO INOX

- Jarra em aço inox, com tampa móvel, com aparador de gelo, capacidade de 1,5 litros. Deverá ser entregue com embalagem de proteção contra riscos, como por exemplo plástico de empacotamento, plástico bolha, papelão, e/ou proteções similares. Garantia contra defeitos de fabricação.

4.2.22 - POTE PARA MANTIMENTOS

- Pote para mantimentos, podendo ser em material alumínio, vidro ou inox, com tampa de encaixe externo avulsa, para acondicionar mantimentos diversos. Dimensões aproximadas: 16 a 22 cm de diâmetro (ou largura) por 16 a 22 cm de altura. Referência aproximada: Nº 20. Formato da base cilíndrico preferencialmente, podendo ser cilíndrico ou retangular. Entregue devidamente embalado em material plástico e/ou papelão, limpo e não reutilizado.

5. TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO A ME/EPP

5.1. Em cumprimento às disposições da [Lei Complementar nº 117/2015](#), serão assegurados os seguintes benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

Preferência de contratação às Microempresas e Empresas e Pequeno Porte nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 117/2015;

Prazo para regularização de restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista na forma do § 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 117/2015;

Disputa exclusiva para para os itens/lotes 1, na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 117/2015;

Subcontratação de microempresas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da contratação, na forma do art. 23 da Lei Complementar nº 117/2015;

Cota reservada à disputa exclusiva por microempresas e empresas de pequeno porte, composta pelos itens/lotes 1 na forma do art. 25 da Lei Complementar nº 117/2015;

5.2. Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

5.3. A

comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

6. VISTORIA

6.1. Exigência de vistoria/visita técnica:

Não será exigida qualquer vistoria/visita técnica.

Sim, será possibilitada a realização de vistoria/visita técnica. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante interessado realizará vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, até o dia útil anterior à realização da sessão pública de abertura da licitação, mediante prévio agendamento no seguinte telefone/e-mail: 3201-5105 - 5159.

7. AMOSTRA / PROTÓTIPO

7.1. Será exigida amostra / protótipo?

() Não será exigida apresentação de amostra / protótipo.

(X) Será exigida apresentação de amostra / protótipo. Justificar: a exigência de apresentação de amostra ou protótipo geralmente se faz necessária nas situações onde é imprescindível que se comprove, durante o certame, que o objeto ofertado atende as especificações técnicas exigidas.

7.2. Condições de recebimento e critérios de aceitação: A Licitante detentora da melhor oferta, definida após a fase de lances, deverá apresentar amostra dos produtos, na Gerência de Apoio Administrativo e Logístico no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, onde será avaliada a compatibilidade do produto com as exigências previstas nos itens deste Termo de Referência.

7.3. As amostras deverão ser entregues, sem ônus para a SEDI, em embalagem original contendo no mínimo 1 (uma) unidade, na Gerência de Apoio Administrativo e Logístico, sito à Rua 82, Nº 400, Setor Sul, Goiânia – GO, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, no prazo estabelecido no item anterior, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h.

7.4. Os produtos deverão ser acondicionados em caixas de papelão conforme praxe do fabricante, devendo constar: quantidade e/ou peso líquido bem como demais informações exigidas na legislação em embalagem original.

7.5. A Gerência de Apoio Administrativo e Logístico após o recebimento das amostras terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para avaliar, e emitir o parecer quanto à aprovação ou reprovação das amostras, que será encaminhada para a Licitante detentora da melhor oferta para adequar o produto, ou desclassificá-la por não atender as especificações deste Termo de Referência.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A título de qualificação técnica, deverão ser apresentados Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à LICITANTE como executora, comprovando a sua aptidão na execução de objeto pertinente e compatível em características e prazos com o objeto deste Termo de Referência, contemplando, ao menos, 50% dos quantitativos da contratação.

9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Para efeito do art. 40, X, da Lei nº 8.666/93, os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado.

9.2. Como critério de aceitabilidade, não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste termo de referência.

10. PRAZOS, LOCAIS, FORMA DE EXECUÇÃO, E RECEBIMENTO

10.1. Prazo de entrega: de até 3 (três) dias, em remessa única contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento pela unidade requisitante, sob demanda.

10.2. A entrega dos produtos contidos nos **LOTES**, será realizada de forma fracionada, levando em consideração a falta de espaço para o estoque e existência de outras Unidades administrativas pertencentes a SEDI, devendo ser feita na Gerência de Apoio Administrativo e Logístico da SEDI. Endereço

de entrega: RUA 82, Nº 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 1º ANDAR, ALA OESTE, SETOR CENTRAL, CEP 74.015-908, GOIÂNIA - GO.

10.3. Caso o produto seja perecível, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 180 dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

10.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 3 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação do Contratante.

10.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11. ENCARGOS

11.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) executar o objeto conforme as especificações, prazos e condições constantes neste termo de referência;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto fornecido/executado em desacordo com as especificações exigidas;
- d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Os custos provenientes de necessidade de deslocamento para buscar e entregar os materiais na SEDI deverá ser totalmente por conta da Contratada;
- f) Durante a permanência nas dependências da Contratante, o pessoal deverá estar uniformizado, identificado através de crachás, com fotografia recente;
- g) empresa contratada deverá arcar com todas as despesas para a realização dos serviços tais como: transportes e pagamentos de funcionários, ferramentas, equipamentos e todos os acessórios para pronta entrega dos serviços solicitados e podendo emitir nota conforme execução do serviço solicitado;

h) No preço ofertado deverá estar incluso todos os serviços e demais custos incidentes sobre o valor do mesmo;

i) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência;

b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços com as especificações constantes deste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação;

c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao preço contratado e cujo objeto tenha sido efetivamente entregue/executado, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência;

11.3. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. **REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços - SRP?

Não.

Sim. Justificativa:

I - Relação de órgãos partícipes:

II - Nº do processo de circularização da intenção de registro de preços:

III - Vigência da ata de registro de preços:

IV - Unidade responsável pela Gestão da ata de registro de preços:

V - Será permitida a adesão por órgãos não partícipes ("caronas")?

Sim.

Não. Justificar:

13. **INSTRUMENTO CONTRATUAL**

13.1. A contratação será formalizada mediante:

Nota de Empenho, em substituição ao Contrato, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

Termo de Contrato

I - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contado a partir de sua assinatura por todas as partes, com eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

(X) O contrato poderá ser prorrogado, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1. Haverá garantia de execução contratual?

() Não.

(X) Sim. Será exigida garantia de execução contratual.

I - O adjudicatário, no prazo de 10 dias após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% do valor da contratação, que será liberada de acordo com as condições previstas neste termo, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

II - Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro;

b) títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

c) seguro-garantia;

d) fiança bancária.

III - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

IV - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

V - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias.

VI - A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

VII - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Será admitida a subcontratação?

(X) Não será admitida a subcontratação do objeto. Justificativa: Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

() Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% do valor total da contratação, nas seguintes condições:

I - É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

II - A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

III - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, serão designados pela autoridade competente, mediante Portaria, os seguintes servidores para atuarem no acompanhamento e fiscalização da execução do objeto:

I - Gestor: Edivan Marçal Magalhães, CPF: 049.580.181-07, Assessor A7.

II - Substituto do Gestor: Vitor Rodrigues Alves, CPF: 052.118.731-14, Gerente de Apoio Administrativo e Logístico.

16.2. *A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.*

16.3. *O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.*

17. PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante:

Em parcela única no valor total do item/lote efetivamente executado/entregue.

Mensalmente, no valor proporcional aos quantitativos demandados e efetivamente executados no período.

Pontualmente, de acordo com a frequência de emissão da Ordem de Serviço/Fornecimento, no valor proporcional aos quantitativos demandados e efetivamente executados no período.

17.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a protocolização da fatura devidamente atestada pelo Gestor.

17.3. O pagamento será efetivado preferencialmente em conta corrente na Caixa Econômica Federal, de titularidade da Contratada, conforme o Art. 4º da Lei Estadual nº 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

17.4. Caso haja previsão nas leis fiscais vigentes, a Contratante efetuará as devidas retenções nos pagamentos.

17.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

17.6. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, o Gestor deverá notificar a Contratada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

17.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

17.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.11. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula a seguir, onde "E" significa encargos moratórios devidos, "N" significa o número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, "V" significa o valor em atraso, e "T" significa a taxa diária de compensação financeira, que no caso é de 0,00016438.

$$E = N \times V \times T$$

18. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

18.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas e por acordo entre as partes, para restabelecer a relação inicialmente pactuada entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual (art. 65 da lei Federal nº 8.666/1993).

18.2. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

18.3. DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

I - Os preços contratados serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da última proposta comercial.

II - É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da Contratada, contemplando a variação do índice IPCA ou INPC do IBGE, ou também o IGP-M da FGV. após 12 (doze) meses da apresentação da última proposta comercial, no prazo de 60 dias, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

III - O requerimento a que se refere o item anterior prescinde da demonstração da variação índice de reajustamento no período, tendo em vista o lapso temporal observado em sua divulgação.

IV - O preço eventualmente reajustado somente será praticado após a vigência do aditamento ou apostilamento contratual e contemplará a variação do índice de reajustamento durante 12 (doze) meses, a partir da data de apresentação da última proposta comercial.

V - Os reajustes sucessivos terão por base o termo final do período contemplado pelo reajuste anterior.

VI - A Contratada só fará jus a qualquer reajuste na constância da vigência contratual.

VII - Haverá preclusão lógica do direito ao reajustamento nos casos em que a Contratada firmar termo aditivo de dilação de prazo de vigência, com a manutenção dos preços praticados e sem a expressa reserva do direito, quando já houver decorrido o período anual referente ao reajustamento e mesmo que ainda não consumado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no inciso II.

19. SANÇÕES

19.1. A aplicação de sanções aos contratados obedecerá às disposições dos artigos 77 a 83 da Lei Estadual nº 17928/2012 e dos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

19.2. Pelo descumprimento das condições estabelecidas neste termo de referência, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o governo do Estado de Goiás;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

19.3. Em caso de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado, sujeitará a Contratada, além das sanções referidas nos incisos I, III e IV do subitem anterior, à multa de mora, de acordo com os percentuais estabelecidos a seguir:

I - Deixar de cumprir os prazos de execução:

a) 10% sobre o valor referente à parcela em atraso, em caso de descumprimento total da obrigação;

b) 0,3% ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor referente à parcela em atraso; ou

c) 0,7% sobre o valor referente à parcela em atraso, por dia subsequente ao trigésimo.

19.4. A multa a que se refere o subitem anterior não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em Lei.

19.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da Contratada (se houver). Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a Contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

19.6. A suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado de Goiás deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

I - 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que a Contratada tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida ou serviço prestado;

II - 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

III - 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de;

a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

19.7. Ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

19.8. O contratado que praticar infração prevista no art. 81, inciso III, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

19.9. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação.

19.10. As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19.11. As sanções serão obrigatoriamente registradas no CADFOR e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das

multas previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços, e das demais cominações legais.

19.12. A multa e/ou glosa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.



Documento assinado eletronicamente por **EDIVAN MARCAL MAGALHAES, Assessor (a)**, em 26/04/2021, às 16:05, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **VITOR RODRIGUES ALVES, Gerente**, em 26/04/2021, às 16:05, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000020075244** e o código CRC **71B90272**.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - SEDI
RUA 82, Nº 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 1º ANDAR, ALA OESTE, SETOR
CENTRAL, CEP 74.015-908, GOIÂNIA - GO



Referência: Processo nº 202114304000496



SEI 000020075244